

PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

Ana Julia Fogaça, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil
Alvaro Souza, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil
Gustavo Henrique Garuti, Fisioterapia, Centro universitário integrado, Brasil
Maria Luiza Chrusciak Goes, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil
Myguel Santiago, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil
Vitor Eduardo Biondi Okumura, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil
Elaine Cristina Costa Lopes, docente do curso de Fisioterapia, Centro
Universitário
Integrado, Brasil, elaine.costa@grupointegrado.br

A deficiência integra a realidade de milhões de pessoas em todo o mundo e não deve ser compreendida apenas como uma limitação individual, mas como uma condição que se torna mais desafiadora diante das barreiras impostas pela sociedade. Tais barreiras podem ser de natureza física, como a ausência de rampas, calçadas adaptadas e acessos adequados, bem como de caráter social e atitudinal, evidenciadas pelo preconceito, pela exclusão e pela falta de políticas inclusivas efetivas (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012).

No Brasil, um contingente expressivo da população convive com algum tipo de deficiência, o que evidencia a necessidade urgente de ampliar o debate sobre acessibilidade. Nesse contexto, promover acessibilidade significa assegurar direitos fundamentais, como o de locomoção, participação social e autonomia, garantindo condições equitativas de acesso aos espaços, serviços e oportunidades, com segurança e dignidade (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012).

Diante desse cenário, a fisioterapia neurofuncional destaca-se como uma área essencial, atuando na reabilitação de indivíduos com comprometimentos neurológicos e na promoção da independência funcional. Sua atuação contribui não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas também para o fortalecimento da inclusão social, ao possibilitar que esses indivíduos participem de forma mais ativa e autônoma na sociedade. O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar as condições de acessibilidade enfrentadas por indivíduos com deficiência, com ênfase nas limitações decorrentes de alterações neurofuncionais, destacando o papel da fisioterapia na promoção da autonomia, inclusão social e qualidade de vida. Como objetivos específicos, busca-se identificar as principais barreiras físicas, sociais e atitudinais que dificultam a acessibilidade de pessoas com deficiência no contexto comunitário; analisar o impacto dessas barreiras na funcionalidade, independência e participação social de indivíduos com comprometimentos neurológicos; mapear a atuação da fisioterapia neurofuncional no processo de reabilitação e inclusão social; e, por fim, propor melhorias e estratégias que favoreçam a acessibilidade, considerando intervenções fisioterapêuticas e ações educativas voltadas à comunidade.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de uma atividade de extensão voltada à análise das condições de acessibilidade em espaços públicos. A escolha do local de estudo foi definida com base na relevância do contexto urbano do município, considerando a necessidade de avaliar, na prática, as condições de mobilidade e inclusão de pessoas com deficiência na cidade.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um checklist previamente elaborado, contendo critérios relacionados à acessibilidade física, como presença de rampas, condições de calçadas, sinalização adequada e adaptações estruturais, bem como aspectos ligados à acessibilidade atitudinal e social. A avaliação ocorreu por meio de observação direta dos ambientes selecionados, permitindo a identificação de barreiras e facilitadores no deslocamento e na participação social dos indivíduos.

Durante a atividade, foram realizados registros fotográficos dos locais analisados, com o objetivo de documentar as condições encontradas e subsidiar a discussão dos resultados. Além disso, foram feitas anotações descritivas, contemplando percepções dos avaliadores quanto às dificuldades observadas, pontos positivos e possíveis intervenções. Esses registros contribuíram para uma análise mais detalhada e crítica da realidade estudada, possibilitando a proposição de melhorias voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão.

A análise das rampas envolveu a observação de inclinação, presença de corrimãos e adequação às normas vigentes. Em relação aos banheiros, verificou-se a existência de adaptações, como barras de apoio, espaço para manobra de cadeira de rodas e acesso facilitado. Os acessos foram avaliados quanto à presença de obstáculos, regularidade das calçadas e facilidade de deslocamento. Já a sinalização foi analisada considerando sua visibilidade, clareza e adequação para pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Essa etapa prática foi fundamental para a compreensão das dificuldades enfrentadas no cotidiano por pessoas com deficiência, permitindo uma análise baseada na realidade observada.

Os resultados obtidos foram organizados em formato de tabela, contendo a identificação dos locais avaliados e sua respectiva classificação quanto às condições de acessibilidade, sendo categorizados como acessível, parcialmente acessível ou não acessível. Essa classificação foi definida com base nos critérios previamente estabelecidos no checklist utilizado durante a coleta de dados.

Além da sistematização em tabela, foram incluídos registros fotográficos dos locais analisados, com o objetivo de ilustrar as condições encontradas. As imagens foram acompanhadas de legendas descritivas, destacando os principais aspectos observados, tanto positivos quanto negativos, contribuindo para uma melhor compreensão visual dos resultados apresentados.

Essa organização permitiu uma análise mais clara e objetiva das condições de acessibilidade nos espaços avaliados, facilitando a identificação de padrões e limitações recorrentes.

LOCAL	RAMPAS	ACESSO	SINALIZAÇÃO	ACESSIBILIDADE GERAL
BANCO DO BRASIL	TEMOS	TEMOS	TEMOS	A MELHORAR
CAFÉ VÓ DORA	NÃO TEM	NÃO TEMOS	NÃO TEM	NÃO ADEQUADO
PREFEITURA	NÃO TEM	NÃO TEMOS	NÃO TEM	NÃO ADEQUADO
PROVET	NÃO TEM	NÃO TEMOS	NÃO TEM	NÃO ADEQUADO
ESCOLA PÚBLICA	TEMOS	TEMOS	NÃO TEM	A MELHORA
RODOVIÁRIA	NÃO TEM	NÃO ACESSÍVEL	NÃO TEM	NÃO ADEQUADO



banco do Brasil com estacionamento bem limitado e sem vagas para deficiente



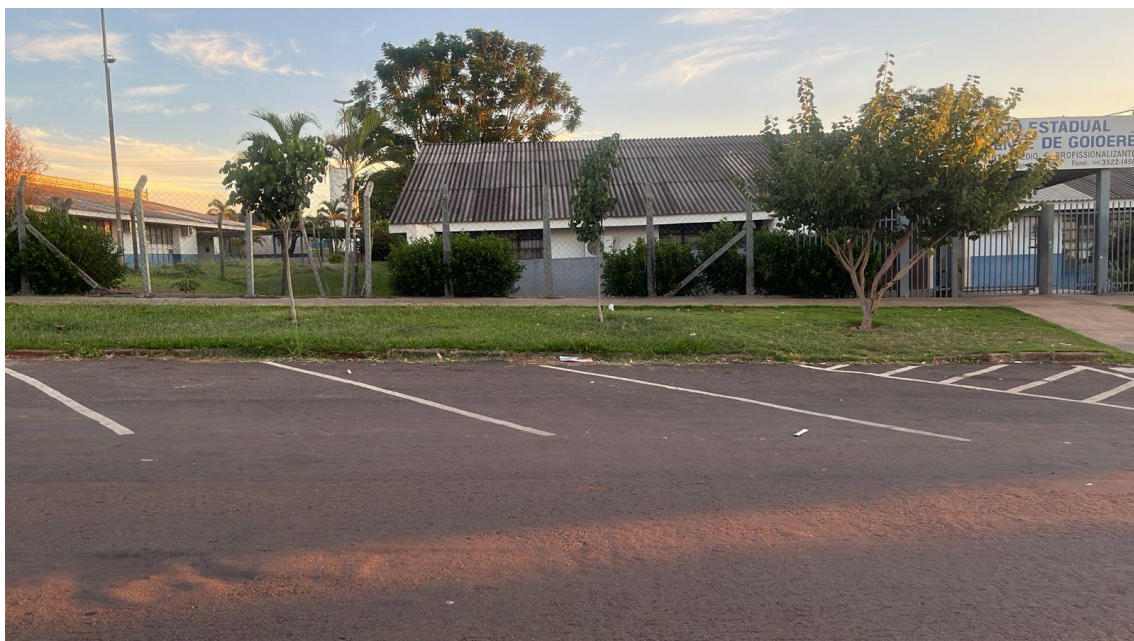
comércios com degrau na entrada



lateral da prefeitura apenas com escada e sem corrimão



comércio da cidade sem rampa apenas escada sem corrimão



escola pública se vagas para deficiente



lateral da rodoviária sem rampa apenas escada sem corrimão

A análise dos espaços avaliados evidenciou diversas barreiras arquitetônicas e estruturais que dificultam ou até impedem o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Embora alguns locais apresentem elementos básicos de acessibilidade, como rampas ou acesso parcialmente adaptado, grande parte dos ambientes analisados ainda não atende plenamente às recomendações estabelecidas pela Lei nº 13.146/2015 e pela NBR 9050.

A Lei nº 13.146/2015 estabelece que a acessibilidade é um direito fundamental da pessoa com deficiência, garantindo condições de igualdade para o acesso aos espaços públicos e privados de uso coletivo. No entanto, durante a observação dos locais avaliados, verificou-se a ausência de adaptações essenciais, como rampas adequadas, corrimãos, sinalização acessível e vagas reservadas para pessoas com deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Segundo a NBR 9050, rampas devem apresentar inclinação adequada, corrimãos e espaço suficiente para circulação segura. Entretanto, em diversos locais observados, como comércio e espaços públicos, a entrada é composta apenas por degraus, sem alternativas acessíveis. Além disso, a ausência de sinalização adequada e de vagas reservadas reforça a exclusão dessas pessoas do convívio social e do acesso pleno aos serviços disponíveis na comunidade (NBR 9050).

Outro aspecto relevante identificado refere-se às barreiras urbanas presentes nas calçadas e acessos laterais de alguns estabelecimentos, como observado na lateral da prefeitura e na rodoviária, onde há apenas escadas e ausência de corrimãos ou rampas. Essas condições demonstram que, apesar da existência de legislação

específica, ainda há uma grande distância entre o que é previsto em lei e o que é efetivamente implementado no cotidiano das cidades.

Dessa forma, a realidade observada evidencia a necessidade urgente de intervenções estruturais e também de ações educativas que promovam maior conscientização da população e dos gestores públicos sobre a importância da acessibilidade.

Com base nas limitações identificadas durante a análise dos espaços avaliados, algumas propostas de melhoria podem ser sugeridas, contemplando tanto aspectos estruturais quanto educativos.

Entre as principais intervenções necessárias, destaca-se a construção e adequação de rampas de acesso nos estabelecimentos que ainda possuem apenas escadas ou degraus na entrada. Essas rampas devem seguir os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050, garantindo inclinação adequada, largura mínima e presença de corrimãos para maior segurança.

Outra melhoria importante refere-se à implantação de vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência, devidamente sinalizadas e localizadas próximas às entradas dos estabelecimentos. Essa adaptação é fundamental para garantir maior autonomia e facilidade de acesso (ABNT, 2020).

Também se faz necessária a instalação de sinalização acessível, incluindo placas informativas, sinalização visual adequada e, quando possível, recursos táteis para auxiliar pessoas com deficiência visual (ABNT, 2020).

Além disso, os banheiros públicos e de estabelecimentos comerciais devem ser adaptados, com barras de apoio, espaço adequado para manobra de cadeira de rodas e portas com largura suficiente para permitir o acesso seguro (ABNT, 2020).

Além das adaptações físicas, é fundamental promover ações educativas voltadas à conscientização da população e dos comerciantes sobre a importância da acessibilidade e da inclusão social.

Campanhas informativas, palestras e atividades educativas podem contribuir para ampliar o conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência e sobre as normas que regulamentam a acessibilidade.

A participação de profissionais da área da saúde, como fisioterapeutas, também pode ser relevante nesse processo, contribuindo para orientar a comunidade sobre as dificuldades enfrentadas por indivíduos com limitações motoras ou neurológicas e sobre a importância de ambientes acessíveis para a promoção da autonomia e da qualidade de vida (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012).

A análise realizada permitiu identificar diversas barreiras arquitetônicas e estruturais presentes em espaços públicos e privados do município, evidenciando

que ainda existem importantes limitações no que se refere à acessibilidade urbana. A ausência de rampas, corrimãos, sinalização adequada e vagas reservadas demonstra que muitos ambientes ainda não estão preparados para atender de forma adequada às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Apesar da existência de legislações específicas, como a Lei nº 13.146/2015, e de normas técnicas como a NBR 9050, observa-se que a implementação dessas diretrizes ainda é insuficiente em diversos contextos. Isso reforça a necessidade de maior fiscalização, planejamento urbano inclusivo e investimento em adaptações estruturais.

Além disso, é fundamental promover mudanças culturais e educativas que incentivem a valorização da inclusão e do respeito à diversidade. Nesse sentido, ações de conscientização e educação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária (ABNT, 2020).

Por fim, destaca-se que a fisioterapia, especialmente na área neurofuncional, possui um papel importante na promoção da autonomia e da funcionalidade das pessoas com deficiência. No entanto, para que esses indivíduos possam exercer plenamente sua independência e participação social, é indispensável que os ambientes urbanos estejam preparados para garantir acessibilidade, segurança e dignidade a todos.

Palavras-chave: acessibilidade. deficiência. fisioterapia neurofuncional. inclusão social. barreiras arquitetônicas. mobilidade urbana. autonomia funcional.

Referências: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012